

Estados podem aumentar o mínimo, lembra especialista

Páginas 4 e 5

Tasso Jereissati preside audiência sobre a MP que reajustou o salário mínimo para R\$ 260



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X - Nº 1.932 - Brasília, quarta-feira, 12 de maio de 2004

SALÁRIO MÍNIMO

Economistas recomendam reajuste maior

■ Consultor da FGV diz que governadores podem propor às assembleias aumento do piso salarial

Está nas mãos dos estados brasileiros, disse ontem o consultor da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Néri, o aumento imediato do salário mínimo em cada região do país. Em audiência pública promovida pela comissão mista criada para analisar a Medida Provisória 182/04, que elevou o valor do mínimo para R\$ 260, ele observou que a legislação atual permite que, na prática, se amplie o aumento do menor salário que se paga no país aos trabalhadores em atividade.

Desde o último governo, recordou o consultor, os governadores estaduais podem propor às assembleias legislativas o estabelecimento de pisos salariais para as suas próprias unidades da Federação. Ele citou o Rio de Janeiro e o Rio Grande

do Sul como exemplos de onde a inovação já vem sendo posta em prática.

– Para os que acreditam que o piso do mercado de trabalho pode ser mais alto do que o atual salário mínimo, já existe legislação cabível – afirmou Néri durante a audiência. Para ele, o governo deveria apostar, como medida complementar ao reajuste do mínimo, na ampliação de benefícios como o bolsa-família, que, a seu ver, combatem mais diretamente a pobreza em todo o país.

Por sua vez, o economista Márcio Pochmann recordou, durante o debate, que o salário mínimo nacional pago em 1960 era três vezes superior ao atual, em termos de poder de compra. Na sua opinião, a queda paulatina do valor real do mínimo passou a ocorrer quando, a partir de 1964, o salário deixou de ser visto como instrumento de combate à pobreza e à desigualdade para servir como instrumento de ajuste fiscal e combate à inflação.

Professor licenciado da Uni-



SUGESTÃO Marcelo Néri (em pé), da Fundação Getúlio Vargas, fala à comissão

versidade de Campinas (Unicamp) e secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da prefeitura de São Paulo, Pochmann defendeu a realização de amplo levantamento sobre o valor ideal do salário mínimo, capaz de realmente suprir as necessidades básicas de cada trabalhador, como foi idealizado pelo então presidente Getúlio Vargas. Uma segunda pesquisa, na sua opinião, deveria indicar com quanto poderia viver um traba-

lhador aposentado, cujas necessidades, como compra de medicamentos, por exemplo, seriam diferentes das de um trabalhador na ativa.

Ainda na audiência, o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, salientou que o Estado assumiu desde a Constituição de 1988 o pagamento de novos tipos de benefícios assistenciais atrelados ao salário mínimo. Atualmente, disse, 20 milhões de pessoas recebem benefícios de até um

salário mínimo, número quatro vezes maior ao registrado em 1987. Com isso, alertou, foram reduzidas as disponibilidades para investimentos públicos e despesas em áreas como a da saúde.

Ao observar que a Previdência tem sido apontada como a "grande vilã" no debate sobre o reajuste do salário mínimo, o presidente da Associ-

ação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfip), Marcelo Oliveira, afirmou que outros pontos têm ficado fora do debate, como o fato de a Previdência incluir em sua contabilidade os R\$ 20 bilhões pagos atualmente aos aposentados rurais, contra uma contribuição de apenas R\$ 1,6 bilhão. Também participou da audiência o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), João Resende Lima.